

«Associação Portuguesa de Psicogerontologia»

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho)

ÍNDICE GERAL

Conteúdo

.....	1
ÍNDICE GERAL	1
RESUMO QUADROS	3
«Balanco».....	4
«Demonstração dos Resultados por Naturezas».....	5
«Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais 2015».....	6
«Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais 2016».....	7
«Demonstração dos Fluxos de Caixa».....	8
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	9
31 de Dezembro de 2016.....	9
NOTA INTRODUTÓRIA	10
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	10
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO.....	10
3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE.....	11
3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO.....	11
3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO.....	11
3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO.....	11
3.1.5 – COMPENSAÇÃO.....	11
3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA.....	12
3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO.....	12
3.2.1 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	12
3.2.2 - ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	13
3.2.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	13
3.2.4 - RECONHECIMENTO DO RÉDITO.....	13
3.2.5 - LOCAÇÕES.....	13
3.2.6 - TRANSACÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA.....	13
NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA	14
4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.....	14
4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	14
NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	14
5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:.....	14
5.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS. ...	14
5.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.....	15
5.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES.....	15
NOTA 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	15
NOTA 7. RÉDITO	15
NOTA 8. OUTROS ACTIVOS CORRENTES	16
NOTA 9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	16
NOTA 10. OUTROS GASTOS E PERDAS	16
NOTA 11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	17
NOTA 12. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIO	17

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 13. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	17
NOTA 14. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	18

RESUMO QUADROS

Quadro Anexo n.º 1 - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Quadro Anexo n.º 2 - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Quadro Anexo n.º 3 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Quadro Anexo n.º 4 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Quadro Anexo n.º 5 – JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Quadro Anexo n.º 6 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

«Balanco»

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em euro	
		PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....		13,07	290,38
		13,07	290,38
Activo corrente:			
Outros activos correntes.....		700,00	700,00
Caixa e depósitos bancários.....		18.120,86	8.913,43
		18.820,86	9.613,43
Total do Activo		18.833,93	9.903,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		99,76	99,76
Reservas		5.904,05	8.010,09
		6.003,81	8.109,85
Resultado líquido do período.....		9.080,12	-2.106,04
Total do fundo de capital		15.083,93	6.003,81
Passivo:			
Passivo corrente			
Diferimentos.....		3.750,00	3.500,00
Outros passivos correntes.....		0,00	400,00
		3.750,00	3.900,00
Total do passivo		3.750,00	3.900,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		18.833,93	9.903,81

«Demonstração dos Resultados por Naturezas»

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		14.688,02	3.641,30
Subsídios, doações e legados à exploração.....		7.250,00	7.000,00
Fornecimentos e serviços externos.....		-12.005,98	-12.128,58
Gastos com o pessoal.....		-455,00	-385,00
Outros rendimentos		0,52	56,73
Outros gastos.....		-241,12	-134,17
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.236,44	-1.949,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		-156,32	-156,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.080,12	-2.106,04
Juros e rendimentos similares obtidos.....		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados.....		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		9.080,12	-2.106,04
Imposto sobre o rendimento do período.....		0,00	0,00
Resultado líquido do período		9.080,12	-2.106,04

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

«Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais 2016»

DESCRICÃO	Notas	Montantes expressos em EUROS														
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários			Total dos Fundos Patrimoniais				
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários					
6	6	99,76	0,00	8.010,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.003,81	0,00	6.003,81	
ALTEIRAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adopção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do exced.revalor.AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos FP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	8															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														9.080,12	0,00	9.080,12
9-7+8	9-7+8													9.080,12	0,00	9.080,12
OPERAÇÕES CONSTITUIDORES NO PERÍODO																
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	-2.106,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.106,04	0,00	0,00	0,00
10	10	0,00	0,00	-2.106,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.106,04	0,00	0,00	0,00
6-7+8+10	6-7+8+10	99,76	0,00	5.904,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.080,12	0,00	15.083,93	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016																

Legenda:

AFT = Activo Físico Tangível

AI = Activo Intangível

FP = Fundos Patrimoniais

«Demonstração dos Fluxos de Caixa»

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		14.688,02	1.350,74
pagamento de subsídios		0,00	0,00
pagamento de apoios		0,00	0,00
pagamento de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a Fornecedores		12.525,98	3.028,58
Pagamentos ao Pessoal		455,00	385,00
Caixa gerada pelas operações		1.707,04	-2.062,84
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-0,13	-14,17
Outros recebimentos/pagamentos		7.500,00	1.766,12
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		9.206,91	-310,89
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,52	56,73
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,52	56,73
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			
		9.207,43	-254,16
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		8.913,43	9.167,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		18.120,86	8.913,43

**Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016**

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Portuguesa de Psicogerontologia foi constituída a 14 de Setembro de 2000 com sede na Travessa do Torel, nº 1, 1150-347, Concelho de Lisboa, e tem como actividade a investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Regime de normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 13 de Janeiro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8259/2015.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.4 - A entidade adoptou as NCRF-ESNL pela primeira vez em 2011.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objectivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da empresa (fluxos de caixa e alterações dos capitais próprios).

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 – COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.2.2 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

Os activos intangíveis considerados como tal no normativo anterior (POC) foram desreconhecidos de acordo com a “NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro”, no exercício anterior.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.2.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação Portuguesa de Psicogerontologia por ser uma entidade sem fins lucrativos, está isenta de pagamento de imposto sobre os lucros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

3.2.4 - RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

3.2.5 - LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

3.2.6 - TRANSACÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

Não existem valores de Caixa nem de Depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do balanço.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2016 detalha-se conforme se segue:

“Quadro Anexo n.º 1”

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Montantes expressos em EUROS			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	720,03	0,00	0,00	720,03
Depósitos à ordem	1.193,40	35.688,54	35.481,11	1.400,83
Outros depósitos bancários	7.000,00	22.500,00	13.500,00	16.000,00
Total de caixa e depósitos bancários	8.913,43	58.188,54	48.981,11	18.120,86

NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da aplicação inicial de uma NCRF-ESNL.

5.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

5.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

NOTA 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

“Quadro Anexo n.º 2”

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

DESCRIÇÃO		Montantes expressos em EUROS						Total
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
1	Quantia bruta escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	3.231,75	0,00	3.231,75
2	Depreciações acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	2.941,37	0,00	2.941,37
3	Quantia líquida escriturada inicial (3 = 1 - 2)	0,00	0,00	0,00	0,00	290,38	0,00	290,38
4	Movimentos do período: (4 = 4.1 - 4.2 + 4.3)	0,00	0,00	0,00	0,00	-277,31	0,00	-277,31
4.1	Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2	Total das diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	156,32	0,00	156,32
Diminuições	Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00	156,32	0,00	156,32
	Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3	Outras transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	-120,99	0,00	-120,99
5	Quantia líquida escriturada final (5 = 3 + 4)	0,00	0,00	0,00	0,00	13,07	0,00	13,07

NOTA 7. RÉDITO

No ponto 3.2.4 deste anexo, estão relatados os critérios que a Entidade entende como obrigatórios para o reconhecimento do rédito. São eles, quando o rédito pode ser razoavelmente mensurável; quando seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros; e os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Em Julho do presente exercício económico, a Fundação Montepio concedeu um donativo de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros) à A.P.P. A Fundação Montepio tem como fins “a promoção do Mutualismo, da Economia Social e o desenvolvimento da pessoa humana”, e com este donativo pretende ajudar a A.P.P. a suportar os gastos correntes de funcionamento durante doze meses na prossecução da sua missão de Instituição Particular de Solidariedade Social que é. Deste modo, em 2016, do valor global do donativo foram reconhecidos ganhos de € 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta euros), ficando os restantes € 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta euros) na rubrica rendimentos a reconhecer em 2017.

Ao abrigo do protocolo celebrado, em 1 de Outubro de 2012, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Fundação Montepio, em 2016 a A.P.P. reconheceu a quantia de € 3.538,02 (três mil quinhentos e trinta e oito euros e dois cêntimos) proveniente daquelas duas instituições. O rendimento do patrocínio destina-se a suportar os

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

gastos com a organização da 4ª Edição do Prémio, mais concretamente nos gastos com medalhas comemorativas, diplomas, publicidade, honorários do designer e brochura comemorativa.

Foi angariado um patrocínio, no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), de uma empresa espanhola, a SCA Hygiene Products, S.L.U, tendo em vista a angariação de pessoas da área da investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas para uma congresso.

NOTA 8. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O saldo de outros activos correntes, € 700,00 (setecentos euros), no exercício económico de 2016.

NOTA 9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo de fornecimentos e serviços externos, € 12.005,98 (doze mil e cinco euros e noventa e oito cêntimos), no exercício económico de 2016 é constituído por:

["Quadro Anexo n.º 3"](#)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Montantes expressos em EUROS			
CONTAS	DESCRIÇÃO	2016	2015
62	Fornecimentos e serviços externos	12.005,98	12.128,58
622	Serviços especializados	8.522,46	9.755,86
6221	Trabalhos especializados	0,00	498,40
6222	Publicidade e propaganda	106,86	106,86
6224	Honorários	8.400,00	9.100,00
6227	Serviços bancários	15,60	50,60
623	Materiais	92,25	521,07
6232	Livros e documentação técnica	0,00	480,00
6233	Material de escritório	92,25	41,07
625	Deslocações, estadas e transportes	20,00	0,00
6251	Deslocacoes e estadias	20,00	0,00
626	Serviços diversos	3.371,27	1.851,65
6262	Comunicação	30,86	26,67
6263	Seguros	14,49	14,42
6268	Outros fornecimentos e serviços "Organização Prémio"	3.325,92	1.810,56

NOTA 10. OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo de outros gastos e perdas, € 241,12 (duzentos e quarenta e um euros e doze cêntimos), no exercício económico de 2016 é constituído por:

["Quadro Anexo n.º 4"](#)

OUTROS GASTOS E PERDAS

Montantes expressos em EUROS			
CONTAS	DESCRIÇÃO	2016	2015
68	Outros gastos e perdas	241,12	134,17
681	Impostos	0,13	14,17
6811	Impostos directos	0,13	14,17
688	Outros	240,99	120,00
6881	Correcções relativas a períodos anteriores	120,99	0,00
6883	Quotizações	120,00	120,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nas contas de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos”, ao contrário do exercício anterior, houve uma diminuição dos rendimentos provenientes de juros.

“Quadro Anexo n.º 5”

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

CONTAS	DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS	
		2016	2015
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,52	56,73
791	Juros obtidos		
7911	De depósitos	0,52	56,73

NOTA 12. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIO

Em Julho do corrente exercício, a Fundação Montepio deu um donativo no valor de € 7.500,00 (sete mil euros e quinhentos) à Associação Portuguesa de Psicogerontologia. De acordo com o descrito na NOTA 7 RÉDITO deste Anexo, foram reconhecidos, em 2016, rendimentos no valor de € 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta euros) e o restante a reconhecer em 2017, rubrica de “Diferimentos” no Balanço. A verba recebida tem objectivo de ajudar a A.P.P. a suportar os gastos correntes de funcionamento para o curto prazo (doze meses).

Em 2016, as entidades colectivas não contribuíram com qualquer donativo, enquanto que os particulares com € 40,00 (quarenta euros).

“Quadro Anexo n.º 6”

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS			
	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
	(1)	(2)	(3)	(4)
Subsídios relacionados com rendimentos à explora	0,00	0,00	7.000,00	7.250,00

NOTA 13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

NOTA 14. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direcção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O ÓRGÃO DE GESTÃO